

PLANO DE TRABALHO

1.0 – DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO CONVENIENTE	
1.1 – ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ	
1.2 - CNPJ: 33.781.055/0001-35	
1.3 - Endereço da Sede: Avenida Brasil, nº 4.365	
Bairro: Manguinhos	Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (31) 3349-7804	E-mail: cooperacao.minas@fiocruz.br
1.4 – Presidente: Mario Santos Moreira	
1.5 - CPF: 764.386.357-15	1.6 - Carteira de Identidade: 20.295.189 (SESP/RJ)
1.1 – DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO INTERVENIENTE	
1.1.1 - ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Instituto Rene Rachou - IRR	
1.1.2 - CNPJ: 33.781.055/0008-01	
1.1.3 - Endereço da Sede: Avenida Augusto de Lima nº 1.715	
Bairro: Barro Preto	Belo Horizonte/MG
Telefone: (31) 3349-7700	E-mail: cooperacao.minas@fiocruz.br
1.1.4 – Presidente: Roberto Sena Rocha	
2.0 – DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO INTERVENIENTE	
2.1 – ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Fundação para Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde - FIOTEC	
2.2 - CNPJ: 02.385.669/0001-74	
2.3 - Endereço da Sede: Avenida Brasil nº 4.036	
Bairro: Manguinhos	Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (31) 3349-7804	E-mail: cooperacao.minas@fiocruz.br
2.4 – Presidente: Cristiane Teixeira Sendim	
2.5 - CPF: ***.522.297-**	
3.0 – DADOS DO ÓRGÃO CONCEDENTE	
3.1 - Órgão Concedente: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania	
3.2 - CNPJ: 18.715.383/0001-40	
3.3 - Endereço: Avenida Afonso Pena, 342, Centro, Belo Horizonte, MG	
3.4 - Telefone: (31) 3277- 4888 / 3277- 6903	3.5 – E-mail: smasac@pbh.gov.br
3.6 - Representante Legal: Rosilene Cristina da Rocha	
4.0 - DESCRIÇÃO DA AÇÃO	
4.1 - Título: Convênio SMASAC / FIOCRUZ 01/2023	
4.2 - Período de Execução: 01/01/2024 a 30/04/2025	
4.3 - Subsecretaria vinculada à parceria: Subsecretaria de Planejamento, Gestão e Finanças (SUPGF/SMASAC)	
4.4 - Objeto: Realizar avaliação dos Centros de Referência para a População em Situação de Rua e do Serviço Especializado em Abordagem Social.	
4.5 - Descrição da realidade relacionada ao objeto e justificativa da proposição:	
A presente proposta de projeto, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Políticas de Saúde e Proteção Social do Instituto René Rachou (FIOCRUZ Minas), coordenada pelo professor Dr. Rômulo Paes de Sousa, possui como objetivo avaliar: (i) a satisfação percebida por usuários(as) e a percepção de trabalhadores(as) e da Sociedade Civil Organizada (SCO) em relação ao Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, efetivado nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centro POP (nas três unidades que prestam atendimento para pessoas adultas), e sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), vinculado aos nove Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS de Belo Horizonte (BH) (Módulo 1) e, (ii) a implantação dos Centros POP e SEAS nas diferentes regiões de BH (Módulo 2). O primeiro módulo pretende mensurar o nível de satisfação percebido pelos(as) usuários(as) em relação aos serviços que utilizam, especialmente em relação às suas potencialidades ou barreiras. Já em relação aos(as)	

trabalhadores(as) e à SCO, será identificada a percepção destes grupos em relação à execução dos serviços, assim como, para os trabalhadores(as) sobre aspectos relacionados à gestão e à sua entrega aos usuários. Pretende-se compreender quais aspectos são apontados por estes atores sobre os serviços, ressaltando o que é considerado força ou fraqueza, inclusive em relação aos pontos de atenção e às disparidades entre diferentes regionais ou unidades.

Já o segundo módulo propõe avaliar o grau de implantação destes serviços, descrevendo a sua dinâmica, explorando o contexto externo dos serviços e como estes se relacionam. Além disso, pretende apresentar os principais componentes dos serviços em uma imagem de como o sistema deve supostamente funcionar, garantindo a identificação dos componentes e das relações causais presumidas aos seus objetivos.

Ambos os serviços objetos desta proposta, compõem a rede descentralizada dos serviços socioassistenciais do SUAS-BH, criado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – atualmente Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Este Sistema público de proteção social funciona com base nas diretrizes e princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) e definições da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) (BRASIL, 2005), ambos deliberados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais norteia os serviços especializados para a pessoa em situação de rua visando a efetivação de serviços que contribuam para a organização de projeto de vida dos usuários, reestruturação e reinserção deles na sociedade enquanto sujeito de direitos. Destaca-se as funções da Assistência Social, no âmbito da proteção social brasileira, conforme PNAS/2004: (i) vigilância social: que implica a detecção e monitoramento de vulnerabilidade, riscos e vitimizações; (ii) defesa e garantia de direitos: que inclui procedimentos dos serviços no alcance de direitos socioassistenciais e a criação de espaços de defesa; e, (iii) proteção social: que implica a efetivação da rede de serviços e benefícios (SPOSATI, 2009).

Esta política define que a proteção social deve garantir: segurança de acolhida; segurança de renda; segurança de convívio, o que inclui segurança de convívio familiar; segurança de desenvolvimento da autonomia; e segurança de benefícios materiais ou em pecúnia (COUTO, 2009). Estas garantias serão viabilizadas por meio das provisões, aquisições dos usuários, condições e formas de acesso definidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Isto é fundamental para o Sistema, pois baliza os parâmetros de atendimento para estes serviços, o que é de suma importância, considerando a possibilidade da execução dos serviços públicos por meio de parcerias com entidades e organizações de Assistência Social.

Tanto os Centros POP como o SEAS integram a rede de proteção social do SUAS-BH, o que significa que efetivam serviços para atendimento ou acompanhamento a públicos que vivenciam situação de violação de direitos, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, no âmbito da média complexidade do SUAS. Por isso, tais serviços “requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado” (BRASIL, 2014). A execução acontece conforme os parâmetros de atendimento previstos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, deliberada pelo CNAS em 2009 (BRASIL, 2009).

Em BH, Minas Gerais, os serviços efetivados no âmbito do SUAS são geridos pela Gerência de Gestão dos Serviços de Média Complexidade do SUAS-BH (GSMCS), da Diretoria de Proteção Social Especial do SUAS-BH (DPSE) da Subsecretaria de Assistência Social (SUASS), pertencentes à Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) da Prefeitura Municipal da capital mineira (PREFEITURA BELO HORIZONTE, 2022a). Já a execução é realizada em parceria com organizações socioassistenciais, conforme previsão da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (LOAS, 1993) e da PNAS (BRASIL, 2004). Os Centros POP são executados em parceria com as entidades ADRA do Brasil (Centro POP Miguilim e Lagoinha) e com a Cáritas do Brasil (Centro POP Leste e Centro Sul). Já o SEAS é executado em parceria com a ADRA do Brasil e referenciado pelos nove Centros Especializados da Assistência Social (CREAS), existentes em cada uma das regionais da cidade.

O SEAS é um serviço volante que efetiva o trabalho social de abordagem e busca ativa nos territórios, espaços públicos e ruas, para identificar as pessoas e famílias que utilizam tais espaços públicos como forma de moradia e, ou, sobrevivência. Seu objetivo inclui “construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios socioassistenciais; identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições” (BRASIL, 2014). Atualmente, existem 102 profissionais do SEAS em BH que atuam em todo o território municipal, todos os dias da semana, sendo as equipes referenciadas nos nove CREAS existentes, que são unidades que executam os serviços de média complexidade do SUAS (PREFEITURA BELO HORIZONTE, 2022a; SMASAC, 2022b).

Algumas mudanças de gestão e execução do SEAS foram realizadas nos últimos anos, sendo importante a avaliação da percepção e satisfação. A primeira alteração foi em relação ao horário e dia de funcionamento, pois, até 2017 este serviço funcionava das segundas às sextas-feiras, de 08 às 18 horas, sendo mudança recente o funcionamento noturno e aos finais de semana e feriados. A segunda mudança foi em relação às possibilidades de atuação metodológica do serviço, que passou a adotar estratégias de arte educação para maior aproximação com os usuários. Para isso, foram

contratados arte educadores para integrar as equipes, tendo o papel de planejar e executar essas estratégias. A terceira alteração foi uma tentativa de qualificação da abordagem social, por meio da incorporação de educadores pares ao serviço, sendo estas pessoas com trajetória de vida nas ruas. Os educadores pares passaram a compor a equipe de assistentes sociais e psicólogos na execução do serviço no CREAS Centro Sul, em uma perspectiva de aproximar as equipes dos(as) usuários(as). Por último, e não menos importante, os serviços tiveram uma alteração de gestão significativa, já que a gestão do serviço deixou de ser realizada exclusivamente pela entidade parceira e o lócus de referência passou a ser os CREAS nas nove regionais, ou seja, vinculada às unidades de execução direta da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), visando a integração entre os demais serviços e equipes das unidades.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, efetivado nas unidades de Centro POP, por sua vez, é efetivado para pessoas e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e, ou, sobrevivência e garante, em unidades públicas, uma série de ações e atividades e atendimentos, além de acompanhamento psicossocial característico do trabalho social especializado dos serviços de média complexidade. Tem como finalidade assegurar o atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares, além de orientações e encaminhamentos aos outros serviços e unidades socioassistenciais (BRASIL, 2009).

Este serviço busca a construção de novos projetos de vida, autonomia, inserção social e proteção às situações de violência. É também seu dever promover acesso a locais para guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação, provisão de documentação civil e endereço institucional para referência do usuário (BRASIL, 2004; BRASIL, 2014). Os usuários podem acessar esse serviço por meio de encaminhamentos do SEAS, de outros serviços socioassistenciais, outras políticas públicas setoriais, e por demanda espontânea devido à sua característica de ser um serviço “de referência de proteção social” (BRASIL, 2014; PREFEITURA BELO HORIZONTE, 2022a).

Atualmente, a capital mineira possui quatro Centros POP, sendo três para adultos e um para atendimento específico de crianças e adolescentes em situação de rua. Alterações recentes nesses serviços também foram realizadas, já que, antes da pandemia de COVID-19, eram duas unidades do Centro POP para adultos, sendo uma localizada na regional Centro-Sul, com capacidade de atendimento de 450 pessoas por dia, e a outra na regional Leste, com capacidade de atendimento de 300 pessoas por dia. No entanto, a partir do aumento da demanda no contexto da pandemia, foram realizadas duas reformas de expansão dos serviços.

Primeiramente, no dia 31 de julho de 2020, foi criada uma Unidade provisória e emergencial, como um anexo do Centro POP Centro-Sul que, posteriormente, foi consolidada enquanto uma unidade permanente e independente, denominada como Centro POP Lagoinha. Esta unidade está localizada na regional noroeste, próxima à região central da cidade, com capacidade inicial de 150 atendimentos por dia e expansão para 250 - ampliação que aconteceu após se tornar uma unidade permanente. Já em 2021, houve a ampliação da capacidade do espaço e das ofertas do Centro POP Leste, de 450 para 600 pessoas por dia. Há também o Centro POP Miguilim, voltado para o público de crianças e adolescentes, ou seja, pessoas menores de 18 anos que estejam em situação ou trajetória de vida nas ruas (PREFEITURA BELO HORIZONTE, 2022a; SMASAC, 2021). Para além da ampliação do número de unidades, buscou-se a ampliação e qualificação do trabalho social desenvolvido e algumas mudanças metodológicas, especialmente no Centro POP Leste.

Muitas das alterações descritas na execução e gestão do SEAS e dos Centros POP foram debatidas na cidade por meio de um Grupo de Trabalho (GT), criado em março de 2017, pela PBH, com o objetivo de regular e reordenar os serviços de proteção social, da Assistência Social, voltados para a PSR na capital (BELO HORIZONTE, 2017). Este lócus foi composto por representantes governamentais, de entidades socioassistenciais, de usuários(as) dos serviços por meio do Fórum Municipal da População de Rua, de trabalhadores(as), por meio do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS, de representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e o de Segurança Alimentar e Nutricional (Comusan).

Este debate gerou as discussões no CMAS, órgão deliberativo, e culminou com a publicação da Resolução CMAS/BH nº 30, de 13 de dezembro de 2017, que aprovou os parâmetros para os Serviços Socioassistenciais voltados para a PSR no SUAS/BH. (BELO HORIZONTE, 2017). Nesse documento, estão definidas, dentre outras previsões, a concepção, a descrição, as regras de acesso e funcionamento dos serviços de assistência social para este público.

Outro lócus institucional que debateu o reordenamento de serviços para atender aos parâmetros de qualidade de serviços definidos pelas normativas nacionais e municipais foi o Grupo de Trabalho de Reordenamento CREAS, composto por gestoras(es) e trabalhadoras(es) do SUAS-BH. O fruto desse debate foram as orientações técnicas para reordenamento dos CREAS, produto produzido pelo GT por meio de oficinas realizadas entre agosto a setembro de 2018 e em dezembro de 2019.

Esse processo demonstra que a regulamentação nacional dos serviços socioassistenciais define diretrizes e parâmetros obrigatórios que devem ser respeitados, mas que Estados e Municípios podem avançar em definições que façam sentido para sua realidade territorial. A engenharia do sistema público de assistência social define, portanto, que os serviços observem padrões previamente definidos para gestão e execução, contudo permite que os entes subnacionais considerem os seus contextos para alargar e qualificar o atendimento à população em situação de vulnerabilidade – incluída aqui a PSR ou com trajetória de vida nas ruas. Nesse cenário, observar experiências realizadas

no âmbito do SUAS no Brasil, em diferentes estados e municípios, pode ser uma oportunidade para que metrópoles como BH supere eventuais dificuldades na efetivação de serviços, assim como ofereça soluções para essa rede nacional de assistência social.

O trabalho desenvolvido no SEAS e Centros POP de Belo Horizonte é público, ou seja, integram o SUAS em BH, com gestão da SMASAC, mas, como apresentado anteriormente, com execução por meio de parcerias firmadas com organizações da sociedade civil (PREFEITURA BELO HORIZONTE, 2022^a; SMASAC, 2021). A normativa vigente no país prevê que os serviços para a população em situação de rua podem ser executados através de rede parceira, por meio das entidades e organizações de assistência social que compõem o SUAS, desde que sigam alguns critérios estabelecidos especialmente pela LOAS e PNAS (BRASIL, 1993; BRASIL, 2004). A NOB/SUAS (2005) prevê que é um dos objetivos do SUAS “integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS, de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social”.

A relação de parceria entre o estado e a rede socioassistencial privada, no entanto, é um assunto envolto de problematizações (COUTO, 2009; PEREIRA, TEIXEIRA, 2013; MENDONÇA, FALCÃO, 2016). A gestão compartilhada implica a necessidade de uma definição clara do papel destas entidades na rede de serviços assistenciais, o que nem sempre ocorre (COUTO, 2009). Algumas críticas envolvem a atuação de organizações que geram programas fragmentados, com gestões centralizadoras e pouco participativas, ou com ações que reiteram a subalternidade dos usuários dos serviços assistenciais (COUTO, 2009).

O município de BH definiu parâmetros de oferta e qualidade dos serviços de atendimento à PSR por meio da Resolução CMAS/BH, nº 30/2017 e, posteriormente, o órgão gestor do SUAS emitiu, em 2020, um caderno de orientações técnicas para o aprimoramento dos processos de trabalho e de gestão do CREAS no município, como vimos anteriormente. Essas definições são válidas para os serviços executados de forma direta ou indireta (por meio de parceria com a rede socioassistencial privada).

Este é um indicativo de que o processo de garantia de parâmetros de qualidade na efetivação dos serviços, independentemente do modo da execução, é algo a ser perseguido. No caso dos Centros POP, por exemplo, há diferentes entidades executando o serviço, que pode variar conforme a localização (leste e centro sul ou noroeste) ou ao público (adulto ou para crianças e adolescentes). É relevante analisar se há diferenciações no padrão de atendimento para diferentes unidades.

Como pode-se observar, a execução de serviços públicos em parceria com a rede socioassistencial privada merece ser analisada para que sejam identificadas as suas potencialidades e desafios, apreendendo qual é a avaliação deste contexto na percepção dos(as) usuários, trabalhadores(as) e da rede parceira desses serviços em BH, no atendimento à população em situação ou com trajetória de vida nas ruas.

A definição do SUAS e sua configuração em rede assegura a necessidade da realização dos serviços socioassistenciais articulados com outras atividades interinstitucionais e intersetoriais que atendem as demandas da população (PEREIRA, TEIXEIRA, 2013). Porém, a implementação destas ações é constrangida por um ambiente de intervenção estatal historicamente especializado e por uma cultura política nacional caracterizada pelo assistencialismo, clientelismo e paternalismo.

Para lidar com esses elementos é preciso incluir análises no planejamento das políticas públicas que considerem também os aspectos estruturais do modelo de intervenção das políticas sociais (PEREIRA, TEIXEIRA, 2013). A superação desses desafios requer também o apoio dos gestores na operacionalização da intersetorialidade, que precisam suprir a carência de orientações normativas claras sobre a sua efetivação na política de assistência social (PEREIRA, TEIXEIRA, 2013).

Sobre esta previsão, é importante destacar que a intersetorialidade como estratégia de gestão da PBH, amplia as retaguardas para a efetivação da gestão e do provimento dos serviços socioassistenciais, assim como fomenta a descentralização e a participação social. A PNAS tem como referência este princípio e considera que “o novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersetorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território”. (MENICUCCI, 2002 apud PNAS, 2004).

A articulação dos serviços socioassistenciais para a PSR com outros serviços setoriais, como os de saúde, educação, habitação, trabalho e renda, é essencial para que os(as) usuários(as) tenham a integralidade de seus direitos atendidos. Não há trabalho social pleno sem intersetorialidade, já que este é um princípio organizativo do SUAS ao prever a integração e a articulação com as demais políticas e órgãos (NOB/SUAS, 2005).

Destaca-se que o município de BH, em consonância com as recomendações da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Nº 7.053/2009), instituiu em 2017 a Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua (Decreto Municipal Nº 16.730/2017), que define os compromissos intersetoriais das políticas públicas municipais no atendimento às pessoas em situação de rua efetivando, por meio de normativa, a previsão da articulação intersetorial.

Diante do exposto, para atender a demanda dessa pesquisa propõe-se a divisão do estudo em dois módulos de forma a responder ao objetivo geral e objetivos propostos a seguir.

4.6 – Objetivos Gerais

Avaliar o desenho, processos e resultados dos Centros Pop e SEAS, a partir da construção do modelo teórico e lógico e da avaliação da satisfação percebida pelos usuários e percepção dos trabalhadores e Sociedade Civil Organizada sobre a execução dos serviços.

4.7 - Objetivos Específicos

1. Descrever e analisar o desenho dos Centros Pop e SEAS do município de Belo Horizonte;
2. Avaliar os processos e resultados dos Centros Pop e SEAS a partir da avaliação de satisfação percebida pelos usuários que acessam os serviços e percepção dos trabalhadores e Sociedade Civil Organizada envolvidos na execução dos serviços.
3. Avaliar a integração dos Centros Pop e SEAS com os demais serviços da rede de proteção à PSR (com as demais unidades e serviços socioassistenciais e com as demais unidades e serviços de outras políticas públicas).

Módulo 1 - Avaliação do perfil da PSR atendida pelos Centros POP e SEAS do município de BH, da satisfação percebida pelos usuários quanto aos atendimentos realizados e a percepção dos trabalhadores e Sociedade Civil Organizada sobre sua execução

Objetivo geral

Avaliar, a partir da visão dos usuários, trabalhadores dos serviços e SCO, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, efetivado nas unidades de Centro POP, e o Serviço Especializado em Abordagem Social, nas diferentes regiões de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Objetivos específicos

4. Descrever o perfil dos usuários atendidos pelos Centros POP e SEAS.
5. Avaliar a satisfação percebida pelos usuários(as) quanto aos serviços ofertados.
6. Compreender as percepções de trabalhadores e da SCO dos Centros POP e SEAS de BH sobre as potencialidades ou barreiras dos serviços.
7. Descrever semelhanças, divergências e particularidades encontradas em relação à composição de equipe, estrutura e atividades realizadas nos serviços nas diferentes regionais de BH ou unidades de atendimento a partir das percepções dos profissionais e usuários(as).

Metodologia

A pesquisa de satisfação de usuários em serviços públicos é um importante instrumento para identificar os pontos fortes das ofertas ou os aspectos que são ponto de atenção e que precisam ser qualificados. Nesta pesquisa, pretende-se avaliar a satisfação percebida pelos usuários sobre aspectos relacionados à estrutura, ao atendimento prestado pelos profissionais e também aos atendimentos e atividades executadas pelos serviços. Além da pesquisa com os usuários(as), também pretende-se compreender a percepção dos(as) trabalhadores(as) e da SCO sobre as potencialidades ou barreiras dos serviços, considerando que esses são atores importantes para este tipo de investigação.

Para todos os públicos usuários(as), trabalhadores(as) e SCO, será feita uma pesquisa survey, que é um tipo de investigação quantitativa realizada por meio da aplicação de questionário. No caso dos usuários, será feita uma amostragem representativa dos serviços de interesse do atual estudo, considerando os dados de atendimento. A aplicação dos questionários para os(as) usuários(as), será realizada de forma presencial por pesquisadores de campo qualificados para esta finalidade, nas unidades públicas ou territórios em que os serviços são executados. No caso dos trabalhadores e SCO, será encaminhado questionário eletrônico ao e-mail de todos os que atuam nestes serviços/organizações, respectivamente, compondo ao final uma amostra de conveniência.

Sobre os questionários, a apreensão da satisfação percebida pelos(as) usuários(as) e da percepção dos(as) trabalhadores(as) e da SCO sobre os serviços, será realizada por meio de questões objetivas e as opções de resposta serão alternativas valoradas por meio da escala de likert. Sendo assim, as opções de resposta sobre uma pergunta ou afirmativa poderão ser unipolar - marcações como "concordo" ou "não concordo" - ou bipolar com variações ou graus de satisfação - marcações como "totalmente satisfeito, satisfeito, neutro, insatisfeito, totalmente insatisfeito" ou "ótimo, bom, neutro, péssimo, ruim" ou, ainda, "extremamente importante, importante, neutro, pouco importante, não é importante.

No caso de aspectos mais determinantes para o alcance dos objetivos específicos da pesquisa (como perguntas sobre potencialidades ou barreiras), questões qualitativas podem ser aplicadas e analisadas de acordo com a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que possui duas funções principais: uma delas é a função heurística, que enriquece a exploração do conteúdo exploratório e aumenta a propensão para a descoberta; e a outra a função de "administração da prova", que se utiliza do método de análise sistemática para verificar questões ou afirmações provisórias.

Para aplicação do survey com os(as) usuários(as), serão incluídos na amostra pessoas maiores de 18 anos, que falem português, que sejam seus próprios representantes legais, que preencherem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que já tenham utilizado ao menos uma vez os serviços dos Centros POPs e/ou dos SEAS. A amostra será estratificada nos serviços ou unidades de assistência social considerando o total de pessoas atendidas pelos centros em um mês e utilizando a abordagem conservadora para cálculo do tamanho da amostra, estabelecendo uma proporção de satisfação esperada de 50%. Os questionários serão aplicados até que o tamanho total da amostra seja atingido e uma taxa de não resposta aproximada será considerada para fins de planejamento do tempo esperado de coleta das informações.

Para a aplicação do survey com trabalhadores dos serviços e SCO, estará anexo ao questionário eletrônico encaminhado via e-mail as disposições gerais sobre a pesquisa, informações sobre o sigilo e a não identificação das respostas e o documento com o TCLE que deverá ser assinado eletronicamente. Assim como na pesquisa dos(as) usuários(as), algumas perguntas abertas serão utilizadas de forma a permitir avaliar a percepção destes atores sobre aspectos específicos relacionados às respostas quantitativas, qualificando a pesquisa e dando mais condições para que as nuances apresentadas sejam mais bem compreendidas.

A etapa qualitativa será realizada separadamente por meio grupos focais com todos os públicos: usuários(as), trabalhadores(as) e representantes da SCO. Para os(as) usuários(as), será definida uma amostra de conveniência dentre as pessoas que utilizam os serviços, e a pesquisa terá como objetivo qualificar as respostas obtidas na aplicação dos questionários. Para trabalhadores(as) e representantes da SCO, a amostra também será de conveniência a partir de um convite para participação no grupo àquelas pessoas que participaram respondendo aos questionários eletrônicos. Neste caso, a pesquisa terá como objetivo compreender, especialmente, as semelhanças, divergências e particularidades encontradas em relação à composição de equipe, estrutura e atividades realizadas nos serviços nas diferentes regionais de BH ou unidades de atendimento.

A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou / Fiocruz Minas e Comitê de Ética em Pesquisa do SUAS do município de BH e para seu desenvolvimento seguirá as recomendações das Resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/2016. Todas as informações coletadas serão mantidas na guarda dos pesquisadores do GPPSPS relacionados diretamente com as atividades referentes ao estudo da população em situação de rua do município e não serão divulgadas com identificação dos participantes.

Módulo 2 - Avaliação da implantação dos Centros POP e SEAS do município de BH/ Minas Gerais

Objetivo geral

Avaliar a implantação dos Centros POP e SEAS nas diferentes regiões de BH, Minas Gerais.

Objetivos específicos

1. Descrever os Centros POP e o SEAS de Belo Horizonte, identificando o contexto, as metas, os objetivos e as atividades que os constituem.
2. Avaliar o grau de implantação dos serviços das diferentes regiões do município.
3. Mapear a integração dos SEAS e do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, executados no Centro POP, com os demais serviços da rede de proteção à população em situação de rua.

3.1 Com as demais unidades e serviços socioassistenciais de atendimento às pessoas em situação de rua;

3.2 Com as demais unidades e serviços de outras políticas públicas setoriais, como saúde, educação, desenvolvimento econômico, segurança alimentar, habitação, dentre outras.

Metodologia

Trata-se de um estudo avaliativo de análise da implantação. A abordagem utilizada foi a proposta por Champagne et al. (2011), análise de implantação tipo1b, que busca priorizar a reflexão sobre implantação de programas, compreendendo a variação encontrada no GI ou no nível de integralidade de sua implantação.

A partir da análise de documentos técnicos e do arcabouço legal dos Centros POP e SEAS de Belo Horizonte, além de revisão da literatura especializada, serão construídos os modelos Teórico e Lógico dos serviços. O Modelo Teórico permitirá explorar o contexto externo dos serviços e como esses se relacionam, já o Modelo Lógico irá sintetizar os principais componentes dos serviços em uma imagem de como o sistema deve supostamente funcionar, garantindo a identificação dos componentes e das relações causais presumidas (CHAMPAGNE et al., 2011).

Para a elaboração do Modelo Lógico será utilizada a tríade Donabedian - dimensões de estrutura, processo e resultados da intervenção. A estrutura consiste nas características relativamente estáveis do serviço, nos instrumentos e recursos, assim como as condições físicas e organizacionais; processo abrange todas as atividades desenvolvidas no serviço, bens e serviços que são prestados e como o são, é como funciona o sistema na realidade; e resultados refere-se às mudanças na vida dos usuários promovidas pelos serviços avaliados (DONABEDIAN, 1966).

Os modelos, que serão validados junto aos gestores dos serviços no município de Belo Horizonte por meio de reuniões técnicas, subsidiarão a elaboração de perguntas avaliativas. Essas perguntas serão avaliadas por meio da matriz de seleção de questões avaliativas, de acordo com sua prioridade, utilidade, capacidade de gerar informações importantes e viabilidade. A partir das perguntas avaliativas será construído um questionário que será aplicado aos profissionais envolvidos com os serviços.

Para a classificação do grau de implantação dos serviços em cada regional, será utilizada a matriz de análise e julgamento em que para cada questão avaliativa serão definidos o critério e o valor máximo atribuídos para analisar se os resultados encontrados estarão ou não em conformidade com os padrões estabelecidos.

Para a construção dos escores do grau de implantação, serão consideradas duas etapas. No primeiro momento, serão determinados os valores observados (Σ dos pontos dos critérios) e calculado o grau de implantação (Σ observados/ Σ dos pontos máximos esperados X 100) para cada componente, e, posteriormente, foi realizada a somatória dos componentes para o cálculo do grau de implantação total.

Os escores obtidos a partir da soma dos pontos dos critérios de cada dimensão serão transformados em percentuais, com referência à pontuação máxima possível. A partir desses percentuais, serão definidas as categorias para o grau de implantação em quatro estratos: 75% a 100% Implantação adequada; 50% a > 75% Implantação parcialmente adequada; 25% a >50% Implantação não adequada; 1% a >25% Implantação crítica.

A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética e respeitará os aspectos fundamentais da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.

A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou / Fiocruz Minas e Comitê de Ética em Pesquisa do SUAS do município de Belo Horizonte e para seu desenvolvimento seguirá as recomendações das Resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/2016. Todas as informações coletadas serão mantidas na guarda dos pesquisadores do GPPSPS relacionados diretamente com as atividades referentes ao estudo da População em Situação de Rua e não serão divulgadas com identificação dos participantes.

PRODUTOS PROPOSTOS (MÓDULOS 1 E 2)

Relatório parcial e final da pesquisa com resultados descritivos referentes ao perfil da PSR atendida pelos Centros Pop e SEAS; satisfação dos usuários com esses serviços; percepção dos trabalhadores quanto aos serviços ofertados nos Centros Pop e SEAS; descrição e análise do desenho dos Centros Pop e SEAS a partir da construção de modelo teórico (módulo 1), além da avaliação da implantação dos Centros POP e SEAS do município de BH, a partir da construção do modelo lógico (módulo 2). Pretende-se também realizar apontamentos, a partir dos resultados dos módulos 1 e 2, referentes à:

1. Mapear a integração do SEAS e Centro POP com as demais unidades e serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais, tais como saúde, educação, desenvolvimento econômico, segurança alimentar, habitação, segurança pública, dentre outras.

2. Realizar recomendações para a adequação e o aprimoramento da gestão e execução dos serviços (SEAS e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua / Centro POP), em relação às metodologias de intervenção efetivadas pelas equipes de referência dos serviços.
3. Construção de indicadores para o monitoramento dos processos e resultados dos serviços.
4. Construção de plano de monitoramento dos serviços para a PSR.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividades	Mês															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
COMUNS AOS MÓDULO 1 E AO MÓDULO 2																
Solicitação da documentação necessária junto a SMASAC	x															
Submissão e aprovação ao comitê de ética em pesquisa do IRR/Fiocruz Minas e SUAS BH	x	x														
MÓDULO 1																
Mobilização da rede e identificação dos entrevistados	x	x														
Construção do Modelo Teórico: descrição dos Centros POP e o SEAS identificando o contexto, as metas, os objetivos e as atividades que os constituem	x	x	x	x												
Entrega do relatório parcial do módulo 1 (modelo teórico)					x											
Elaboração dos instrumentos de pesquisa		x	x													
Realização da etapa quantitativa e descritiva (coleta)			x	x	x	x										
Realização da etapa qualitativa - grupos focais (coleta)					x	x										
Análise de dados e produção de relatório de pesquisa					x	x	x	x								
Entrega de relatório final								x								
MÓDULO 2																
Construção do Modelo Lógico: Mapeamento da integração dos SEAS e do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, executados no Centro POP, com os demais serviços da rede de proteção à população em situação de rua.						x	x	x	x							
Construção do questionário								x	x							

PARCELA	MÊS	VALOR
ÚNICA	1	R\$ 552.483,00
TOTAL		R\$ 552.483,00

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____.

Rosilene Cristina Rocha

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

- SMASAC

Mario Santos Moreira

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Roberto Sena Rocha

Instituto René Rachou - IRR

Cristiane Teixeira Sendim

Fundação para Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde -

FIOTEC

Nome	Situação da Assinatura	Data da Ação
Cristiane Teixeira Sendim Diretora Executiva CPF: ***.522.297-**	Assinado	21/12/2023 16:46:06



Documento assinado eletronicamente

Documento número: #2e5ba6da-d0cb-4ee1-bb29-1f36e93c8136

<https://pacto.fiotec.org.br/public/documentos/2e5ba6da-d0cb-4ee1-bb29-1f36e93c8136/detalhes>